RECORRENTE: HOME MÉDICO HOSPITALAR LTDA (I.E-19428859-5)
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RELATOR: FRANCISCO DE ASSIS MOURA ARAUJO
 Sessão realizada em 07 de novembro de 2005

ACÓRDÃO Nº 130/2005

EMENTA: ICMS. OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. LEVANTAMENTO ESPECÍFICO DOCUMENTAL. RECURSO DE REVISTA. INTEMPESTIVIDADE.

1. O recurso de revista, face de decisão de câmara que colidir com decisão de outra, deve ser interposto no prazo de três dias da publicação do acórdão.
2. Acórdão publicado em 03 de abril de 2002 e Recurso interposto no dia 03 de julho de 2002.
3. Intempestividade.
4. Recurso não conhecido.
5. Decisão por unanimidade.

Sala de Sessões do Conselho de Contribuintes do Estado do Piauí, em Teresina (PI), 07 de novembro de 2005.

FRANCISCO DE ASSIS MOURA ARAÚJO - Presidente e relator
 CARLOS AUGUSTO DE ASSUNÇÃO RODRIGUES - Conselheiro
 JOSÉ DE SOUSA BRITO - Conselheiro
 JOSÉ DE DEUS LACERDA FILHO - Conselheiro
 GETÚLIO CAVALCANTE - Conselheiro
 MIGUEL BARRADAS SOBRINHO - Conselheiro
 ORLANDO BARBOSA PAZ FILHO - Conselheiro
 EMMANUEL PACHECO LOPES - Conselheiro
 CHRISTIANNE ARRUDA - Procuradora do Estado

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DO PIAUÍ

Primeira Câmara – RECURSO de ofício: 131/2004
PROCESSO ORIGINAL: 301-00369/2002
RECORRENTE: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDA: CORELI COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA (I.E-19401343-0)
RELATOR: FRANCISCO DE ASSIS MOURA ARAUJO
 Sessão realizada em 08 de novembro de 2005

ACÓRDÃO Nº 131/2005

EMENTA: ICMS. OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. FALTA DE RECOLHIMENTO. INOCORRÊNCIA.

1. Reexame necessário.
2. Comprovação documental do recolhimento do ICMS substituição tributária reconhecida pelos próprios Autuantes.
3. Conhecimento e não provimento do Recurso de Ofício
4. Manutenção da Decisão singular.
5. Decisão por unanimidade.

Sala de Sessões do Conselho de Contribuintes do Estado do Piauí, em Teresina, 08 de novembro de 2005.

Francisco de Assis Moura Araújo – Presidente e Relator
 José de Sousa Brito – Conselheiro
 José de Deus Lacerda Filho – Conselheiro
 Carlos Augusto de Assunção Rodrigues – Conselheiro
 Christianne Arruda – Procuradora do Estado

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DO PIAUÍ

Primeira Câmara
PROCESSOS DE RECURSOS FISCAIS: 254, 255/2004 e 482/2005
PROCESSOS ORIGINAIS: 301.01901/2003, 301.01899/2003 e 301.01900/2003
RECORRENTE: IBACIP IND. BARBALHENSE DE CIMENTO PORTLAND S.A.
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RELATOR: JOSÉ DE SOUSA BRITO
 Sessão realizada em 08 de novembro de 2005.

ACÓRDÃO Nº 132/2005

EMENTA: ICMS – OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. NÃO CARACTERIZAÇÃO DE EXIGÊNCIA DE TRIBUTO BASEADO EM NORMA INFRA-LEGAL. VÍNCULO CONTRIBUINTE AO FATO GERADOR DA OPERAÇÃO INTERESTADUAL, TORNANDO LEGÍTIMA SUA RESPONSABILIZAÇÃO SEGUNDO A LEI PIAUIENSE, ANTE A COMPETÊNCIA DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE ICMS-ST. MULTA NÃO CONFISCATÓRIA, ANTE A PREVISÃO LEGAL E APURAÇÃO CORRETA DO DESCUMPRIMENTO DA NORMA.

RECURSOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS, COM A CONSEQÜENTE MANUTENÇÃO DOS JULGADOS DE PRIMEIRA INSTÂNCIA. DECISÃO UNÂNIME.

Sala de Sessões do Conselho de Contribuintes do Estado do Piauí, em Teresina, 08 de novembro de 2005.

Francisco de Assis Moura Araújo – Presidente
 José de Sousa Brito – Relator
 José de Deus Lacerda Filho – Conselheiro
 Carlos Augusto de Assunção Rodrigues – Conselheiro
 Christianne Arruda – Procuradora do Estado

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DO PIAUÍ

PRIMEIRA CÂMARA
PROCESSO DE RECURSO FISCAL Nº. 179/2004
PROCESSO ORIGINAL Nº. 346.01159/2003
RECORRENTE: GUSTAVO ANTÔNIO BARBOSA DE ALMEIDA
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RELATOR: JOSÉ DE DEUS LACERDA FILHO

ACÓRDÃO Nº 133/2005

EMENTA: ITCD. BASE DE CÁLCULO INFERIOR À PREVISTA EM LEI. VALOR VENAL DE IMÓVEL DOADO USADO PARA DETERMINAR O QUANTUM DEBEATUR MENOR QUE OS VALORES PRÁTICADOS NO MERCADO IMOBILIÁRIO. ERRO DE FATO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. LANÇAMENTO DE OFÍCIO ANTE O IMPOSTO RECOLHIDO A MENOR.

RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE. INCABÍVEL RECOLHIMENTO DA MULTA. DECISÃO UNÂNIME.

Sala de Sessões do Conselho de Contribuintes do Estado do Piauí, em Teresina, 08 de novembro de 2005.

FRANCISCO DE ASSIS MOURA ARAÚJO – PRESIDENTE
 JOSÉ DE DEUS LACERDA FILHO – RELATOR
 CARLOS AUGUSTO DE ASSUNÇÃO RODRIGUES - CONSELHEIRO
 JOSÉ DE SOUSA BRITO – CONSELHEIRO
 CHRISTIANNE ARRUDA – PROCURADORA DO ESTADO

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DO PIAUÍ

PRIMEIRA CÂMARA
RECURSOS VOLUNTÁRIOS Nºs. 204/2004, 205/2004 e 135 /2005
PROCESSOS ORIGINAIS nº 346.00041/2004, 346.00042/2004 e 346.00043/2004.
RECORRENTE: JOSÉ MAGALHÃES DE MACEDO LTDA.
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL.
RELATOR: JOSÉ DE DEUS LACERDA FILHO
 Sessão realizada em 08 de novembro de 2005

ACÓRDÃO Nº 134/2005

ICMS. OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS. NÃO UTILIZAÇÃO DO EQUIPAMENTO EMISSOR DE CUPOM FISCAL (ECF).

1. A Empresa não vinha utilizando o ECF, obrigação prevista a partir do ano de 2000, nos termos do art. 4º, § 12, II, “g” do Decreto 9.513/96.
2. Recursos conhecidos e providos em parte.
4. Decisão por maioria.

Sala de Sessões do Conselho de Contribuintes do Estado do Piauí, em Teresina, 08 de novembro de 2005.

Francisco de Assis Moura Araújo – Presidente
 José de Deus Lacerda Filho – Relator
 Carlos Augusto de Assunção Rodrigues – Conselheiro
 José de Sousa Brito – Conselheiro
 Christianne Arruda Castelo Branco – Procuradora do Estado
CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCESSO DE RECURSO FISCAL Nº 030/2003
PROCESSO ORIGINAL: 301.02017/2001
SEGUNDA CÂMARA
RECORRENTE: AQUARIUS COM. E REPRESENTAÇÃO LTDA.
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RELATOR: CONSELHEIRO EMMANUEL PACHECO LOPES

ACÓRDÃO Nº 135/2005

EMENTA:
OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. SAÍDAS DE MERCADORIAS SEM EMISSÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS DE VENDA E CORRESPONDENTE RECOLHIMENTO DO ICMS INCIDENTE. INFRINGÊNCIA AOS ARTS. 1º, “CAPUT” E 2º, DA LEI 4.257/89, COM RED. DADA PELO ART. 1º DA LEI 4.892/96, C/C ART. 66, § 4º, XXII E 87, I, DO RICMS, COM ART. 1º DO DEC. 9.740/97 E COM ART. 315 DO RICM, EM VIGOR PELO ART. 204 DO RICMS.

RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO, NO SENTIDO DA MANUTENÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO 26.447. DECISÃO UNÂNIME.

Sala das Sessões do Conselho de Contribuintes do Estado do Piauí, em Teresina (PI), 16 de novembro de 2005.

Orlando Barbosa Paz Filho – Presidente
 Emmanuel Pacheco Lopes – Conselheiro e Relator
 Miguel Barradas Sobrinho – Conselheiro
 Flávio Coelho de Albuquerque – Procurador do Estado

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCESSO DE RECURSO FISCAL Nº 101/2003
PROCESSO ORIGINAL: 501.284/2001
SEGUNDA CÂMARA
RECORRENTE: ANTÔNIO JOSÉ LEITE DE CARVALHO
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RELATOR: CONSELHEIRO EMMANUEL PACHECO LOPES

ACÓRDÃO Nº 136/2005

EMENTA: